

Autor: Castro

Quando o DNA do Estado e o DNA do Cinema não se coadunam...



Apesar de ser extremamente autoral e talentosa – ou, quiçá, justamente por causa disso – a cineasta brasileira Ana Carolina sempre enfrentou dificuldades para realizar seus filmes. Dona de um estilo cujo pendor anárquico eventualmente requer certo histrionismo por parte de seus personagens, ela abraça as suas obsessões desobedientes no pouquíssimo visto “A Primeira Missa” (2014, em co-produção com Portugal), até então, seu último projeto. Em lugar do quase arquetípico protagonismo feminino, temos aqui uma reflexão sobre as interdições produtivas sofridas pela própria diretora. Mas sem apelar para a tentação do alter-ego: aquele que aparece no filme como “o diretor”, anônimo (interpretado por Dagoberto Feliz), tem pouco a ver com a cineasta. Desgosta de cinema brasileiro, por mais paradoxal que pareça!

Na verdade, o adjetivo “paradoxal” é mais que adequado à apreciação crítica deste filme, visto que, nalguns momentos, as contradições chegam a acavalar-se: o filme é sobremaneira problemático, em termos qualitativos, mas absolutamente incisivo em termos propositivos. E tem muito a dizer sobre os barbarismos que envolvem hodiernamente a Ancine – Agência Nacional de Cinema, assaz difamada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, que, numa declaração torpe, a acusou de financiar pornografia. Segundo o intento deste mandatário, daqui por diante, esta agência terá uma função apenas reguladora quanto ao Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que deverá ser gerida pelo Ministério da Cidadania. Noutras palavras: não há mais Ministério da Cultura no Brasil!

A manobra financeira pretendida por este (des)governo é óbvia: sob a égide da proposta em curso, a lógica moralista que embasa os preconceitos dos “cidadãos de bem” será o filtro dominante na escolha dos roteiros aprovados para serem financiados pela agência. Quem insurge-se como beneficiado imediato neste contexto? Um documentário reacionário sobre a escalada do referido presidente ao poder. Mais que

censura à vista: um profascismo emburrecido e generalizado!

Mas voltemos ao filme: no início de “A Primeira Missa” – cujo subtítulo é “Tristes Tropeços, Enganos e Urucum” – deparamo-nos com uma situação ostensivamente artificial. Alguns párocos portugueses tentam encetar o evento mencionado no título, uma reconstituição da celebração religiosa em latim que ocorreu na terra recém-descoberta (leia-se: usurpada) em 26 de abril de 1500. De repente, o que percebemos como uma filmagem é interrompida pela chegada de banqueiros e de uma secretária estatal. A viabilidade comercial não apenas deste filme como de todo o cinema brasileiro é posta em xeque. Caberá ao diretor defender-se e assegurar a validade de seus intentos filmográficos, mas este desperdiça-se numa enrascada sexual mal-resolvida com a atriz protagonista, a ninfômana Sônia (Alessandra Maestrini). Ele padece de impotências múltiplas: falha eretilmente e como realizador. O filme é reiniciado inúmeras vezes, mas jamais completado. Quando aproxima disso, os rolos de negativo fílmico são furtados e desenrolados no chão do estúdio selvático...

Enquanto diretor, atriz e financiadores digladiam-se, os demais integrantes de elenco e equipe técnica manifestam-se. Um ator bêbado grita mais de uma vez que o filme está sob “intervenção branca” e índios atravessam correndo pelo cenário. A trilha musical acompanha tais irrupções indígenas, até surgir o produtor do filme (Oscar Magrini), reclamando da abundância de mosquitos e tentando contornar as insatisfações generalizadas. Um intérprete nu (Mariano Mattos Martins) fuma um baseado enquanto espera o momento de entrar em cena. Uma falsa vitória-régia é colocada no chão, como marcação cênica. Um financiador estadunidense requer que o filme seja bastante erotizado e que o gozo de um casal indígena obedeça às convenções genéricas hollywoodianas. A farsa generaliza-se: “os ignorantes são aqueles que empunham a bandeira da mudança”. Não por acaso, é o que ocorre hoje em dia, infelizmente.

Por mais irregular que o filme seja, em sua aparência teatral e em sua indefinição humorística – na maioria das vezes, é de uma intensa criticidade, mas sucumbe também a uma comicidade epidérmica de cariz quase pornochanchadesco – é evidente que Ana Carolina esforça-se para denunciar os desmandos estatais e empresariais que tanto prejudicaram a consolidação industrial do cinema brasileiro desde a sua origem. A subestimação do público aparece como tônica emergente, até que, num momento de suma ironia, a grande atriz Fernanda Montenegro aparece como uma entidade florestal que recita um novo decálogo para o diretor metafílmico: “bundinhas, peitinhos, xoxotinhas, 3D, 4D, 5D, efeitos visuais...”. E por aí vai. O filme dentro do filme soçobra, obviamente. Mas o filme que vemos enfia o dedo na ferida. Pena que fere-se também no projeto, e incorre nalgumas deficiências que tentara dirimir. Entretanto, em cotejo com o que pode ser lançado nos cinemas brasileiros, num contexto próximo e sob financiamento presidencial, demonstra-nos que a degradingação nacional faz parte de um projeto minuciosamente definido, e não de uma destruição casual. As amizades pragmáticas cinicamente mencionadas no filme encontram na realidade o seu corolário mais pérfido!

Data de Publicação: 25-07-2019